

Decisão no voto

André Garcia e
Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O projeto de lei do deputado distrital José Edmar (PMDB) que pretende regularizar a invasão da Estrutural será votado na quarta-feira da próxima semana, dia 12. A data foi marcada ontem pelo presidente da Câmara, Gim Argello (PMDB), apesar dos protestos de deputados de oposição, ambientalistas e especialistas em urbanismo.

Durante reunião dos líderes de partidos da Câmara, Edmar não aceitou a proposta da oposição para adiar a votação do projeto para o ano que vem. Bateu pé e prometeu mobilizar os moradores da Estrutural para pressionar os distritais a aprovarem o projeto. "Não dá mais para esperar", disse.

Esta é a terceira vez que Edmar tenta regularizar a invasão. Nas duas tentativas anteriores, seus projetos foram aprovados na Câmara mas vetados pelo Executivo: uma por Cristovam Buarque e outra por Joaquim Roriz, em 1999. Como nas ocasiões anteriores, especialistas defendem a remoção das famílias da Estrutural para evitar danos ambientais graves.

As cinco mil famílias que moram na Estrutural construíram os barracos entre o Parque Nacional de Brasília, uma rodovia movimentada e entremeada por um gasoduto da Petrobrás e um lixão. Uma grande explosão, a contaminação da água que abastece um terço da população do DF e danos à reserva do cerrado são perigos que ambientalistas e técnicos utilizam para defender a remoção das famílias.

Do ponto de vista político, o parlamentar lucraria bastante com a aprovação do projeto. A Estrutural pode render quase 10 mil votos e a garantia de uma reeleição tranquila. Mas especialistas atacam a proposta. "A Estrutural exige solução técnica e não política", reclama o arquiteto Sérgio Brandão, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), seção DF. "José Edmar faria um favor a Brasília se ficasse quieto", critica.

Acácio Pinheiro



PASSARELA CONSTRUÍDA PELO GDF PARA MORADORES DA INVASÃO DA ESTRUTURAL: ESPECIALISTAS EM PLANEJAMENTO URBANO SÃO CONTRA REGULARIZAÇÃO

ESTATUTO

José Edmar recorreu ao Estatuto da Cidade para apresentar o projeto de lei. O Estatuto permite ao governo legalizar áreas públicas ocupadas há cinco anos. "Se a posse for pacífica, não há necessidade de lei. A própria população pode reivindicar o direito de morar no local", explica o advogado Nelson Saule Jr., presidente do Instituto Polis, em São Paulo.

O advogado entende, porém, que este não é o caso da Estrutural. Como houve conflito em 1998, nas tentativas do governo Cristovam Buarque de remover as famílias, a legalização exige um projeto de lei. "Só que a iniciativa normalmente parte do Executivo que é quem tem a competência de fazer os planejamentos urbanos", estranha.

O dia de ontem foi de articulações para José Edmar. Em reunião com deputados na Câmara

Legislativa, ele fez marketing do projeto. O deputado chegou a dizer que o Ibama teria reconhecido a possibilidade de criação de uma "metrópole" na área, desde que se tomasse alguns cuidados.

A gerente-executiva do Ibama-DF, Eulália Machado, negou. "Ali não é possível ter cidade nenhuma. A invasão está em torno de uma unidade de conservação e que abastece a cidade", explica. "Esse projeto só poderia sair da cabeça de uma pessoa despreparada. Falta visão de política pública. Não dá para criar uma cidade em qualquer lugar", critica.

A geógrafa Mônica Veríssimo, pesquisadora do Instituto de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), concorda: "O assentamento fica perto do lixão, do Parque Nacional e de um gasoduto. É uma questão de saúde pública", afirma.

Para evitar que o projeto seja novamente vetado, Edmar garante que já conversou com o governador Joaquim Roriz. "Ele entendeu que não dá mais para adiar a regularização da Estrutural", adiantou.

A secretária de Habitação, Ivelise Longhi, por sua vez, disse desconhecer a proposta de Edmar. Segundo ela, a secretaria ainda não concluiu estudo sobre a possibilidade de regularizar a Estrutural por meio do Estatuto das Cidades. "Ainda não apresentamos projeto porque ainda há alguns passos que não foram superados", afirmou.

A secretária admitiu que o principal problema para a regularização é ambiental. "Do ponto de vista urbanístico e social dá para assentar as famílias, mas ainda há pendências ambientais. Certamente será preciso fazer um novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA)", avaliou.

AS IDAS E VINDAS

Roriz encerra o governo, em 1994, sem remanejar 528 famílias (catadores de lixo) que moram na favela. Em 1991, eram apenas 90 famílias.

Cristovam Buarque veta, em 1995, a criação da Cidade Estrutural.

A favela cresce ainda mais depois da posse de Roriz, em 1999. PMs, que trabalham no local, não têm ordem para fiscalizar a entrada de madeirite.

Em abril de 1999, Roriz veta a criação da Vila Operária que permitiria a criação de 2 mil lotes.